

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO: Uma Maquiagem Que Cega a Sociedade

Auzelene Miranda Gusmão¹
Laudijane Souza Puridade²

Resumo

Este artigo propõe uma discussão em torno de pontos relevantes que circundam a escola pública, esta que engloba elementos fundamentais para a transformação e estabelecimento positivo de uma sociedade. Apontamos algumas prováveis falhas ao considerarmos que esses deslocamentos acarretam distorções no trato da educação e que, uma reavaliação de ações a ela dirigidas, favorece a sociedade através da política de formação de seres sociais participativos. A metodologia aplicada foi a bibliográfica com coleta de informações em sites e livros sobre a temática. Para tal, trazemos como exemplos de políticas públicas alguns dos projetos definidos pelo governador do estado da Bahia, para o período de 2019 – 2022, identificando a implantação de um currículo Bahia de forma a incentivar a organização do currículo em nível estadual, exaltando principalmente a melhora do desempenho das escolas baianas nas avaliações externas, destoando da importância do processo de ensino-aprendizagem de maneira geral e, não apenas, do desempenho nas avaliações externas.

Palavras chave: Políticas Públicas, educação e investimentos.

Abstract

This article proposes a discussion around relevant points that surround the public school, which encompasses fundamental elements for the transformation and positive establishment of a society. We point out some probable failures, when we consider that these displacements cause distortions in the treatment of education and that, a reassessment of actions directed to it, favors society through the policy of formation of participatory social beings. The methodology applied was the bibliography with collection of information on websites and books on the subject. To this end, we bring as examples of public policies some of the projects defined by the governor of the state of Bahia, for the period 2019 - 2022, identifying the implementation of a Bahia curriculum in order to encourage the organization of the curriculum at the state level, highlighting mainly the improvement in the performance of Bahian schools in external assessments, which is at odds with the importance of the teaching-learning process in general and, not only, with performance in external assessments.

Keywords: Public Policies, education and investments.

Introdução

Pensar em Políticas Públicas voltadas para a educação brasileira deveria ser um movimento contagiante e dinâmico que chamasse a atenção da sociedade para o déficit constante que o nível educacional brasileiro vem sofrendo em relação aos países que se encontram no mesmo nível de desenvolvimento socioeconômico que o Brasil. No entanto, o retrato apresentado pela realidade da educação pública brasileira é bem diferente das propostas indicadas nos documentos que deveriam referenciá-la. Assim sendo, levantamos o seguinte

¹ Mestre em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais (FICS). Docente de Língua Portuguesa pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia. E-mail de contato principal: auzelene@yahoo.com.br

² Mestre em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais (FICS). Docente de Matemática pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia. E-mail de contato principal: laudmatematica@gmail.com

questionamento: Políticas públicas para a educação: uma estratégia para gastar verbas ou para camuflar a decrescente perda de qualidade da educação pública brasileira? A referida problemática foi pensada considerando a falta de ligação entre a formação docente e a elaboração de propostas direcionadas para a Educação Básica (VOIGT, *et al.*, 2021).

Pensar na educação básica sem profissionais capacitados para abarcar as necessidades que se impõem terminam por virar meras propostas de cunho fictício, muitas vezes para considerar os investimentos que são propostos a partir de Políticas Públicas que, em sua maioria, não conseguem ter êxito por falta de estrutura física adequada nas escolas, além da falta de formação apropriada dos profissionais da educação, assim como da continuidade do trabalho de muitos destes profissionais que nem sempre fazem parte do quadro efetivo.

Para tal, o currículo precisa ser pensando da educação básica até a formação dos docentes e vice-versa, pois tal dinâmica será a única capaz de socializar e definir dentro do ambiente escolar uma efetiva ligação entre as relações socioculturais e educacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Políticas Públicas Voltadas Para a Educação brasileira

Em se tratando do Governo do Estado da Bahia, no ano de 2015, o então Governador Rui Costa lançou o Pacto pela Educação com os municípios baianos, intitulado "Educar Para Transformar", objetivando reforçar o regime de colaboração entre os municípios e estimular a sociedade civil a se envolver em ações que promovam a melhoria da qualidade da educação baiana, bem como a alteração positiva dos indicadores de desempenho das escolas, de rendimento e conseqüentemente de proficiência dos estudantes (BAHIA, 2015).

Em 2018, o governador Rui Costa definiu um novo perfil de oferta da educação como uma alternativa para melhorar o desempenho referente aos indicadores educacionais que se encontravam com baixos índices, posicionando o Ensino Médio da Bahia em último lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (PEREIRA e SANTOS, 2019). Como principais orientações para nortear a política educacional baiana, foram propostos o Programa Educar Para Transformar, já supracitado, assim como as propostas do Plano do Governo Participativo (PGP), no qual a educação assume um papel de centralidade bem como nas propostas para o quadriênio 2019-2022 (PEREIRA e SANTOS, 2019).

De forma geral, o objetivo maior da política educacional de Rui Costa é o aumento dos índices educacionais, em especial, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para tal, o referido governo utiliza de estratégias baseadas no controle do planejamento e das

atividades pedagógicas coibindo a autonomia dos docentes, associando as gratificações salariais ao desempenho dos discentes. Diante deste contexto evidencia-se que a responsabilização de professores e gestores, acerca do insucesso nas avaliações externas, impõe uma gestão escolar gerencialista, fato que destoa da noção de uma gestão democrática que é defendida nos documentos norteadores da política educacional do governo estadual (PEREIRA e SANTOS, 2019).

Propor políticas públicas educacionais transferindo a responsabilidade do êxito da educação pública aos docentes atrelando suas gratificações ao desempenho dos discentes, nas avaliações externas, sem a devida valorização da diversidade cultural e consequente combate a um padrão pré-definido, remete ao surgimento do multiculturalismo nos debates educacionais (SILVA, RIOS e SILVA, 2021).

A realidade educacional com a qual lidamos não apresenta um desempenho pautado em fundamentos que a considere como elemento propulsor de uma sociedade que pensa em avanços. Vê-se que o nível de investimento, e aqui nos relacionamos às políticas públicas educacionais, não se dirige de forma direta aos anseios e necessidades que a educação possui. Segundo Frati (2019) vemos inúmeras incongruências que cercam a educação e o seu desempenho em sociedade, até mesmo em pontuações feitas pelo Banco Mundial que somadas totalizam problemas e desafios constantes e que não podem ser resolvidos sem um consenso entre as partes que compõem o cenário.

Deve-se considerar que a sua visibilidade, enquanto espaço de ensino e aprendizagem, não se resume ao mecanismo de introdução de conhecimento pautado na apresentação dos elementos de leitura e escrita, mas também, na agregação de valores, no letramento, na concepção de vida em sociedade o que a leva estar situada em uma atmosfera que requer investimentos, afim de que o seu exercício seja executado com eficiência.

As escolas da rede pública sofrem com a desvalorização dos seus espaços, o que está claramente exposto em sua infraestrutura, na desvalorização do professor, profissional que atua diretamente no ensino-aprendizagem, bem como fatores que sustentam as bases do aprendizado, o que dificulta ainda mais a aquisição do conhecimento por parte dos educandos e que acabam por transferir todas essas impossibilidades para os níveis de vivenciações que hão de ter em sociedade, a exemplo, a autonomia para lidar com a atuação do currículo, segundo Voigt *et al.* (2021).

Esses e outros fatores retiram do aprendiz os direitos que lhe pertencem, a exemplo ler e escrever, calcular, interpretar o que o leva à obtenção de uma deficiência constante, uma vez carregá-la para os períodos seguintes e promover um estado negativo por não atingir as

habilidades básicas e necessárias. Essas dificuldades levam muitos a desistirem e a estarem fora da sala de aula, uma vez não conseguem acessar as informações necessárias para o seu desempenho e alcance de uma formação, também sistematizada.

Ainda no campo da desigualdade educacional vista através da escola pública vale ressaltar que, além das dificuldades discutidas, o analfabetismo é outra grande dívida que se tem com a sociedade, uma vez a educação não ser oportunizada a todos e de igual modo. Muitas pessoas deixam de frequentar a escola, uma justificativa que ora se aplica ao fator individual ligado à própria conjectura social, outra está ligada à condição desfavorável com que se apresenta nas escolas, não possuindo ambientação adequada para a diversidade (SILVA; RIOS; SILVA, 2021), bem como incentivo público financeiro para que isso ocorra, o que salienta ainda mais as desigualdades e o empobrecimento cultural de um país.

Outra concepção negativa a que podemos relacionar à escola é o fato de que, o degrading da educação pública, muitas vezes ligada intimamente ao mau desempenho do professor, e sendo este considerado o mediador de todo o encaminhamento do educando aos princípios da aprendizagem, se deve à ausência de investimento em seu aperfeiçoamento profissional, o que muitas vezes é visto como alto custo e um aspecto a ser minimizado, subtraindo dele a condição de efetuar melhorias no espaço de aprendizagem, como considera Frati (2019).

Entende-se que, em vez de se desenvolver soluções para um quadro latente de carências em âmbito educacional público, alargam-se os fatores que a conduzem a uma atmosfera de desalinho e de tentativas arrematadas, o que continuam a promover desajustes no ensino-aprendizagem e que, conseqüentemente, desarticula o pensamento de se promover um país estruturado em torno de indivíduos qualificados educacionalmente.

Um outro aspecto a ser considerado ao tecer uma leitura crítica sobre a escola pública, e demarcando-o enquanto critério a ser considerado no capó das políticas públicas é a própria estrutura física com que essas instituições têm se apresentado. Muitas delas encontram-se em estado de decadência, não se manifestam enquanto espaço de atração para o desenvolvimento da aprendizagem e do prazer em aprender, desenvolvendo, assim, no corpo discente, um tipo de rejeição pelo espaço físico, o que reverbera em sua subjetividade, levando-o a relacionar educação à insignificância e desmerecimento, o que o leva a crer que ele, também, é um sujeito de valor reduzido e desimportante para adquirir conhecimento.

Nesse eixo de relutância, vemos uma descontinuidade das políticas públicas, o que a dissocia da concepção de uma escola de qualidade capaz de formar cidadãos para o desempenho de aspectos sociais relevantes. Cada movimento contrário ao papel de receptividade por parte

do território educacional, obtém-se um afunilamento de acessibilidade aos fundamentos básicos da educação, o que se caracteriza como pernicioso ao próprio indivíduo, enquanto integrante de uma comunidade que deságua em uma sociedade e que, despreparada, avança de maneira desestruturada e muitas vezes incapaz de atuar com precisão em campos que exigem níveis de reflexão mais apurados.

Como soluções para a problemática levantada, uma vez compreendermos que não basta a elaboração e publicação de políticas públicas, mas sim que estas façam a diferença e alcancem o objetivo que é um melhor desempenho da educação, sugerimos que os programas sociais como, por exemplo, o Bolsa Família, seja atrelado não só à frequência do estudante, mas também ao seu desempenho e efetiva participação da família nas reuniões, sempre que convocadas, auxiliando na realização das atividades por parte dos discentes, garantindo que o estudante tenha sua carteira de vacinação em dia.

O tripé família, gestão e docentes precisa estar alinhado e em consonância na busca por uma educação pública de qualidade, buscando não apenas resultados imediatos e específicos, como a melhoria do desempenho nas avaliações externas, mas um processo de ensino-aprendizagem que faça a diferença, formando discentes críticos e reflexivos, capazes de serem os protagonistas de seu processo de ensino.

Diante do contexto apresentado, entendemos que o padrão de ensino e administração das escolas públicas necessitam de mudança significativa, é preciso entendê-las como fator preponderante para responder aos desafios que as cercam. Faz-se necessário uma revisão dessa estrutura em que seja capaz de apontar as partes que desconfiguram a sua capacidade de ação e poder naquilo em que compete, o ensino-aprendizagem.

Para Santos (2021), uma proposta política educacional que visa a melhoria da educação, é a de poder contar com parcerias capazes de investir na busca de possíveis soluções para os problemas encontrados. Uma delas é o estabelecimento de um vínculo com as universidades, uma vez ser a educação, nessa ambientação, um espaço que discute não só as dificuldades existentes, mas suscita e dialoga com as possíveis condições capazes de trazer modificações significativas.

Uma proposta, nesse viés, é o de levar as universidades públicas e privadas a uma condição que, adentrando ao universo de investigação e fiscalização da escola pública, possa gerenciar as ações nela desenvolvidas, o que fortalece a estrutura de ensino na rede. Propor um olhar em conjunto não se trata de um movimento de denúncia sobre os aspectos de desempenho que cada instituição possui, retirando a sua operacionalidade e autonomia, inibindo as práticas

pedagógicas, mas o de analisarem a melhor forma de atuação, baseada na investigação antecipada e gradual sobre o que pode ser realizado.

O fato é que muitas escolas estão submersas em um desalinho, compreendido desde a dinâmica administrativa até a disposição do ensino e da aprendizagem, dentro e fora da sala de aula. Dessa forma, as universidades seriam responsáveis em produzir um relatório que trouxesse à luz o nível de envolvimento da própria instituição com o ensino, bem como a relação da família do educando com a escola. Tem-se, com isso, uma forma constante e gradual de poder averiguar os possíveis erros cometidos durante a realização de todo o processo que a envolve, isso reduz o tempo e o desgaste gerado ao final de cada construção equivocada com que nos deparamos na educação, o que torna mais difícil de ser corrigida.

As universidades têm a capacidade de estarem unidas com a rede de escola pública, elas são experientes no que se refere à pesquisa e extensão, o que serve de fundamento para pesquisar e implementar resultados no espaço escolar a ser considerado, ressaltando que essa contribuição é algo inerente e que, cada enfoque, discriminado em relatório, faz parte da sua própria desenvoltura, enquanto instituição de ensino que visa pesquisar e apresentar propostas concernentes à melhoria das bases educacionais.

Considerações Finais

Relatar sobre o envolvimento da comunidade no âmbito escolar é outra forma de assumir responsabilidades. Esse está para o nível da busca de uma integração entre a escola, o educando e a comunidade escolar, uma tríade que necessita de diálogo aberto envolvendo os seus protagonistas, excluindo desse a competitividade entre si e, em vez de transferir responsabilidades, buscar sempre pela sua integração. As universidades conscientes desse ambiente qualitativo buscariam consolidar essa relação, insistindo em um território favorável à valorização do ensino-aprendizagem, salientando que a qualidade do ensino e da aprendizagem não dependem unicamente do professor e da escola, mas a participação da comunidade é importante para ajudar a suprimir dificuldades e deficiências na rede pública de ensino.

Na realidade o que pode ser estabelecido é que, ao propor a participação das universidades para que desenvolvam projetos que ajudem a capacitar a escola pública, elas, as universidades, ganhem incentivos no campo da pesquisa e extensão, como forma de fomentar a sua participação. É interessante pensar que as universidades públicas, também ganham mais espaço quando incentivadas, pesquisando, apresentando resultados sobre questões relevantes e estendendo-se em sociedade e, a privada, recebendo incentivos fiscais com fins a proporcionar

mais oportunidades de vagas nas universidades. As duas vertentes da educação estariam em nível de lucratividade e a sociedade duplamente prestigiada.

É importante salientar que todos podemos contribuir para solucionar os pequenos e grandes problemas que surgem e que se estabelecem na escola pública, um deles é usar de um raciocínio que instigue interpretar a realidade e mover a capacidade de reinventar caminhos e veredas seguras para os caminhantes, e aqui vale ressaltar a todos os que participam dessa jornada, rumo ao aprendizado.

Referências

BAHIA. Documento Base Educar para Transformar: **Um Pacto Pela Educação**, 2015. Acesso em: ago. 2021. Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/system/files/private/midiатеca/documentos/2015/documentobase-educar-para-transformar.pdf>

FRATI, R. C. **A intervenção do Banco Mundial nas Políticas Educacionais e os Desdobramentos na Qualidade da Educação**. Ensaio Pedagógico (Sorocaba), v.3, n.1, jan. - abr. 2019, p.4-9.

PEREIRA, R. S.; SANTOS, C. C. F. O Escrito, o Dito e o Feito: **A Educação Baiana nos Primeiros 120 dias do Segundo Mandato de Rui Costa**. 2019. p. 81-93.

SANTOS, J. P. L. Cumpra-se um Currículo!: **das redes políticas de governança ao movimento de (re) elaboração dos referenciais curriculares na Bahia**. Revista Humanidades e Inovação. v. 8, n. 34. 2021. p. 35-48

SILVA, A. L. G.; RIOS, A. N.; SILVA, F. O. **Cartografia das Produções Sobre Profissão Docente em Contextos de Diversidade na Bahia**. Revista de Estudos em Educação e Diversidade. v. 2, n. 3, p. 318-342. jan./mar. 2021. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/reed>.

VOIGT, J. M. R.; HARACEMIV, S. M. C.; CAMARGO, N. M. C.; RATTI, L. A. Mudanças Curriculares e Formação Docente: **Desafios e Possibilidades**. RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp. 1, p. 835-849, mar. 2021.